
***Planejar - Associação
Brasileira de
Planejamento
Financeiro***

***Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Planejar - Associação Brasileira de
Planejamento Financeiro

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro ("Planejar"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Planejar, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Planejar é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Planejar continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Planejar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Planejar - Associação Brasileira de
Planejamento Financeiro

Os responsáveis pela governança da Planejar são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Planejar.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Planejar. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Planejar a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Planejar - Associação Brasileira de
Planejamento Financeiro

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

A handwritten signature in cursive script that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Balanço patrimonial
em 31 de dezembro de 2022
(em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota Explicativa	2022	2021		Nota Explicativa	2022	2021
			(Reapresentado o Nota 3.14)				(Reapresentado Nota 3.14)
Circulante				Circulante			
Caixa equivalente de caixa	4	15.981.955	11.838.053	Fornecedores	10	195.270	664.889
Títulos e Valores Mobiliários	5	10.220.974	7.627.138	Obrigações trabalhistas	11	49.364	59.152
Contas a receber	6	1.452.465	2.262.702	Obrigações tributárias	12	21.137	258.592
Adiantamentos	7	43.170	301.172	Outras contas a pagar	10	701.769	39.159
Impostos a recuperar		7.043	3.251	Adiantamento de clientes	13	557.932	433.262
Despesas antecipadas		2.979	2.885			1.525.471	1.455.054
		27.708.587	22.035.201				
Não circulante				Não circulante			
Depósitos Judiciais	19	4.743.953	3.357.410	Provisão para riscos fiscais	19	4.827.448	3.892.836
Garantias e Cauções	8	21.812	36.000			4.827.448	3.892.836
Imobilizado líquido	9	21.783	23.777				
Intangível líquido	9	1.063.061	868.265	Patrimônio líquido			
		5.850.609	4.285.452	Patrimônio Social	14	20.972.763	14.628.620
				Superávit do exercício		6.233.514	6.344.143
						27.206.277	20.972.763
Total do ativo		33.559.196	26.320.653	Total do passivo e do patrimônio líquido		33.559.196	26.320.653

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022
(em reais)

	Nota Explicativa	2022	2021 (Reapresentado o Nota 3.14)
(=) Receita operacional líquida	15	17.111.181	17.951.081
(-) Custo dos serviços prestados		(1.877.540)	(3.584.718)
(=) Superávit bruto		15.233.642	14.366.363
(+/-) Despesas / receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(11.404.376)	(9.477.492)
Outras receitas operacionais	20	4.055	857.188
(=) Superávit operacional antes do resultado financeiro		3.833.321	5.746.059
Receita financeira	17	3.155.758	994.345
Despesa financeira	17	(755.565)	(396.261)
(=) Superávit operacional antes do imposto de renda e contribuição social		6.233.514	6.344.143
(=) Superávit do exercício		6.233.514	6.344.143

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2022

(em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		(Reapresentado Nota 3.14)
Superávit do exercício	6.233.514	6.344.143
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Superávit abrangente	<u><u>6.233.514</u></u>	<u><u>6.344.143</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022
(em reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2020 (Reapresentado)	<u>11.280.071</u>	<u>3.348.548</u>	<u>14.628.619</u>
Transferência para o patrimônio social	3.348.548	(3.348.548)	-
Superávit do exercício	-	6.344.143	6.344.143
Saldo em 31 de Dezembro de 2021 (Reapresentado)	<u>14.628.620</u>	<u>6.344.143</u>	<u>20.972.763</u>
Transferência para o patrimônio social	6.344.143	(6.344.143)	-
Superávit do exercício	-	6.233.514	6.233.514
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<u>20.972.762</u>	<u>6.233.514</u>	<u>27.206.277</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em reais)

	Nota Explicativa	2022	2021
Superávit do exercício		6.233.514	6.739.902
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	9	1.140.782	109.562
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6 e 9	49.512	(7.628)
Provisão para riscos fiscais	16 e 19	(885.972)	(873.557)
		6.537.835	5.968.279
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
Aumento / Diminuição no Contas a Receber		760.725	(200.655)
Aumento / Diminuição nos adiantamentos		258.002	(254.385)
Aumento / Diminuição nos Impostos a Recuperar		(3.792)	(1.886)
Aumento / Diminuição nas despesas antecipadas		(94)	1.228
Aumento / Diminuição nos depósitos judiciais e cauções		(1.372.355)	(636.143)
Aumento / Diminuição em Fornecedores		192.990	134.729
Aumento / Diminuição em Obrigações trabalhistas		(9.788)	10.564
Aumento / Diminuição em Obrigações tributárias		(237.455)	96.912
Aumento / Diminuição nos adiantamentos de clientes		124.670	(566.020)
Aumento / Diminuição em Provisão para riscos fiscais		1.820.584	1.566.973
Caixa líquido das atividades operacionais		1.533.487	151.317
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do imobilizado	9	-	-
Aquisições de bens Intangíveis	9	(1.333.583)	(167.524)
Títulos e valores mobiliários	5	(2.593.836)	(389.392)
Caixa líquido das atividades de investimentos		(3.927.420)	(556.916)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Caixa líquido das atividades de financiamentos		-	-
Aumento / Redução líquido de caixa		4.143.902	5.562.680
Caixa no início do exercício		11.838.053	6.275.374
Caixa no final do exercício		15.981.955	11.838.053
Aumento / Redução líquido de caixa		4.143.902	5.562.679

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

1. Contexto operacional

A Planejar – Associação Brasileira de Planejadores Financeiros, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Profº Atílio Innocenti, nº 165, 6º andar – CEP: 04538-000, é uma entidade criada em novembro de 2016. Anteriormente denominada Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros – IBCPF, fundado em maio de 2000 por iniciativa de profissionais da área financeira. É uma entidade de autorregulação, não governamental e sem fins lucrativos. A Associação tem o papel de implantar, certificar e controlar a atividade de planejador financeiro pessoal, necessária ao atendimento de uma demanda crescente da população brasileira, assim como de representar os profissionais de planejamento financeiro perante o mercado, governo e sociedade.

1.1 A Planejar possui os seguintes objetivos sociais:

A Certificação de indivíduos pessoas físicas, mediante o atendimento de determinados critérios de educação, conhecimento profissional, experiência, fundamentos éticos e demais critérios verificados por exame e outras formas de avaliação;

A promoção, o desenvolvimento e estabelecimento de processos, modelos e padrões de excelência profissional para profissionais que se dedicam à atividade de planejamento financeiro pessoal, em conformidade com critérios próprios adotados por organizações semelhantes em outros países, de forma a adequá-los às características culturais específicas brasileiras;

Apresentação e promoção de princípios e habilidades profissionais, objetivando o benefício do público em geral, por meio da atuação dos planejadores financeiros pessoais (“Planejadores Financeiros”);

Representar os interesses de seus associados perante organismos governamentais e autoridades responsáveis pela regulamentação de legislações pertinentes, bem como atuar visando o reconhecimento do profissional Planejador Financeiro junto às autoridades governamentais e regulatórias;

Informar, divulgar e incrementar junto ao público o conhecimento a respeito da legislação dos produtos e serviços promovidos pelos integrantes do Sistema Financeiro Nacional e da atuação das instituições e indivíduos intermediários, pessoas físicas e jurídicas;

Promover, amplamente, a divulgação do que seja o processo de planejamento financeiro pessoal (“Processo de Planejamento Financeiro Pessoal”);

A promoção e cooperação entre a Planejar e organizações ligadas aos mercados financeiro, de capitais, securitário, previdenciário e assemelhados que possam ter relação e interesse com a Planejar, bem como entidades e autoridades governamentais do Brasil e do exterior;

Participar como sócio, associado e/ou membro de quaisquer outros institutos e/ou associações;

Promover ou apoiar congressos, seminários, cursos, palestras, associações ou outras entidades de âmbito nacional ou internacional que estimulem e divulguem um maior conhecimento de temas relacionados aos objetivos da Planejar; e

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

Desenvolver outras atividades correlatas aos objetivos da Planejar.

A profissão de planejador financeiro certificado surgiu nos Estados Unidos na década de 80. Em 2004, com o crescimento da certificação CFP®, foi criado o Financial Planning Standards Board - FPSB, responsável pela divulgação, gerenciamento e controle do uso das marcas CFP fora dos Estados Unidos. Hoje, o FPSB congrega e supervisiona entidades afiliadas de planejamento financeiro em 26 países, com cerca de 203 mil profissionais certificados.

O planejador financeiro Certified Financial Planner - CFP® é um multiespecialista, com visão estratégica e conhecimentos de planejamento financeiro, administração de investimentos, planejamento de aposentadoria e previdência, gerenciamento de riscos, seguros, fiscal e sucessório. O profissional CFP® atua como um consultor, que avalia os objetivos, expectativas e necessidades de cada cliente visando desenvolver, apresentar e executar estratégias de planejamento financeiro adequadas ao perfil do cliente. Por ser multiespecialista, este profissional pode atuar como autônomo ou empregado de grupos financeiros, seguradoras, entidades de previdência complementar e demais áreas do planejamento financeiro pessoal. Para se tornar um profissional certificado e obter o direito de uso da marca CFP®, a Planejar avalia conhecimentos técnicos, formação, experiência profissional e a postura de seus candidatos. Para manter a certificação, este profissional deverá permanecer em contínuo aperfeiçoamento.

A Planejar é o detentor dos direitos sobre as marcas da Certificação Profissional Financeiro (CFP®) no Brasil, através de um acordo assinado por prazo indeterminado, com o Financial Planning Standards Board – FPSB americano, que foi criado em 2004 por conta do crescimento de certificação e é responsável pela divulgação, gerenciamento e controle do uso de marcas CFP® fora dos Estados Unidos.

No Brasil, a Planejar é a única entidade afiliada ao FPSB e autorizada a conceder a certificação CFP® para profissionais que atendam aos padrões mundiais desta certificação, resumidos nos 4 E's Exame, Educação, Experiência profissional e Ética.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2004, foi aprovada a inclusão da Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, como Associada sênior da Planejar, com poderes estatutários para exercer a gestão da Associação e com a missão de promover entre os bancos associados a certificação CFP® e difundir o reconhecimento e credibilidade desta marca no Brasil, especialmente junto à comunidade financeira e o público em geral.

As fontes de recursos para a Associação atingir seus objetivos e a manutenção de suas atividades são provenientes, substancialmente, das contribuições dos associados e as receitas com inscrições de certificação profissional.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando os pronunciamentos técnicos e o Pronunciamento Técnico PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela ITG 2002 (R1) em convergência as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros para Pequenas e Médias Empresas, emitidas pelo Conselho de Normas internacionais de Contabilidade (IASB) e pela ITG 2002 (R1), emitida em 21 de agosto de 2015 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que dispõe sobre as entidades sem finalidade de lucros e são apresentadas em Reais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso do ativo imobilizado, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 28/02/2023.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

3.2. Cotas de Fundo de Investimento

As aplicações em cotas de fundo de investimento aberto estão demonstradas ao valor de aplicação atualizado pelo valor da cota da data do balanço fornecido pelo administrador do fundo. Os resultados dessas aplicações são reconhecidas em “resultados financeiros líquidos”.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela receita de anuidades, Inscrições de certificação profissional, inscrições em eventos, patrocínios, cursos e treinamentos e contribuição Associativa. Os valores estão registrados pelo valor nominal das receitas conforme o serviço realizado. A Associação adota a prática para provisão para créditos com liquidação duvidosa, equivalente a 10% sobre operações em aberto na data do balanço decorrentes de pessoas físicas, desconsiderando os recebíveis de cartão de crédito e 100% dos valores em aberto de pessoas jurídicas.

3.4. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição de construção, incorrido até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso das máquinas e equipamentos. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência (Nota 9).

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil dos bens, como segue:

Ativo imobilizado	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

3.5. Intangível

Os ativos intangíveis demonstrados possuem vida útil definida e são amortizados de acordo com sua vida econômica estimada.

A tecnologia segue em constante evolução, o que torna alguns recursos e soluções considerados ativos intangíveis, obsoletos de forma acelerada. Desta forma, após avaliação, a Planejar definiu que a partir de 2022, tais ativos intangíveis terão uma depreciação de 50% ao ano, sendo amortizados no prazo de dois anos.

Os custos associados à manutenção já são reconhecidos como despesa, conforme incorridos no próprio exercício. Os custos de desenvolvimento e produção de conteúdo que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa.

3.6. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativo não financeiro que não estão sujeitos à amortização ou depreciação.

3.7. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

3.8. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. São revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9. Baixa para perda e provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)

A administração instituiu metodologia que determina que títulos e créditos a receber nos períodos e montantes estipulados abaixo serão baixados contabilmente para perda:

- Vencidos há mais de seis meses até R\$ 15.000 (quinze mil reais);
- Vencidos há mais de um ano acima R\$ 15.000 (quinze mil reais) até R\$ 100.000 (cem mil reais); e
- Vencidos há mais de um ano acima de R\$ 100.000 (cem mil reais) desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para seu recebimento.

A administração avaliou e adotou a política de constituição PCLD equivalente a 10% sobre operações em aberto na data do balanço tratando de pessoa física, desconsiderando os recebíveis através de cartão de crédito. Já os valores devidos por pessoa jurídica é considerado o valor real da dívida sem correções.

3.10. Patrimônio Líquido

Após deliberação em Assembleia pelos associados, o superávit ou déficit anual é destinado para a formação do patrimônio social.

Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foi necessário a contabilização de nenhum ajuste por impairment.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

3.11. Subvenções

As subvenções recebidas pela Associação são reconhecidas no resultado a medida que transcorra efetivação dos gastos durante o exercício, conforme critérios definidos no acordo de compartilhamento de custos e despesas com a Anbima.

3.12. Passivos financeiros

São classificados como custo amortizado. A classificação desses passivos financeiros é determinada em seu reconhecimento inicial. São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, obrigações com parceiros em empreendimentos e débitos com partes relacionadas.

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. As despesas com juros desses empréstimos e debêntures, são reconhecidas no resultado, em despesas financeiras.

3.13. Apuração do resultado

As contribuições com anuidades, demais receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Após aprovação em assembleia, o superávit ou déficit do exercício é transferido para a rubrica “Patrimônio Social”.

O superávit apurado está isento da contribuição social e do imposto de renda da pessoa jurídica, uma vez que a Associação caracteriza-se como uma associação civil sem finalidade de lucros.

3.14. Reapresentação de cifras comparativas

Adiantamentos de clientes, duplicatas a receber e outros.

Em 2022, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação dos erros na conciliação entre as contas relacionadas abaixo no montante de R\$ 395.759, dos quais:

- 1) Ativo: (R\$ 40.954) nas contas do grupo de duplicatas a receber e R\$ 25.912 em adiantamentos de fornecedores e férias;

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

- 2) Passivo: R\$ 322.942 em adiantamento de fornecedores de acordo com a nova conciliação e controle/planilha de apoio fornecido pela Planejar, R\$ 185.392 referente provisão da COFINS de anos anteriores (depósito judicial a pagar), (R\$ 312) corresponde a ajuste de apropriações de tributos trabalhistas, (R\$ 97.221) para baixa de provisão de fornecedores realizadas em 2021 em duplicidade e notas fiscais canceladas.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

		<u>31 de dezembro de 2021</u>		
	<u>Referência</u>	<u>Original</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
Balço patrimonial				
Ativo				
Circulante	Nota 3.14	22.020.159	15.042	22.035.201
Não circulante		<u>4.285.452</u>	-	<u>4.285.452</u>
Total do ativo		<u>26.305.611</u>	-	<u>26.320.653</u>
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	Nota 3.14	1.229.645	225.409	1.455.054
Não circulante	Nota 3.14	3.707.444	185.392	3.892.836
Patrimônio líquido	Nota 3.14	<u>21.368.522</u>	<u>(395.759)</u>	<u>20.972.763</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>26.305.611</u>	-	<u>26.320.653</u>

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

		31 de dezembro de 2021		
	<u>Referência</u>	<u>Original</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
Demonstração do resultado				
Receita operacional líquida	Nota 3.14	17.951.081	-	17.951.081
Custo dos serviços prestados	Nota 3.14	-	(3.584.718)	(3.584.718)
Despesas gerais e administrativas	Nota 3.14	(12.666.451)	3.188.959	(9.477.492)
Outras receitas operacionais	Nota 3.14	857.188	-	857.188
Resultado financeiro líquido	Nota 3.14	598.084	-	598.084
Superávit do exercício		6.739.902	-	6.344.143
Demonstração dos fluxos de caixa				
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		151.317	-	151.317
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		151.317	-	151.317
Demonstração do resultado abrangente				
Superávit do exercício		6.739.902	(395.759)	6.344.143

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	10	65.080
Aplicações financeiras (a)	15.981.945	11.772.973
	<u>15.981.955</u>	<u>11.838.053</u>

(a) As aplicações financeiras da Associação referem-se as aplicações no Banco Itaú no Fundo Soberano Referenciado que possui liquidez imediata e diária e está registrada pelo valor da cota divulgada pelo administrador do Fundo e Aplicação Aut Mais.

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Títulos e valores mobiliários (a)	10.220.974	7.627.138
	<u>10.220.974</u>	<u>7.627.138</u>

(a) Os títulos e valores mobiliários da Associação referem-se a aplicações no Fundo Itaú BBA RF Crédito Privado Active FIX 5 FIX FI que possui liquidação em D+5 e está registrado pelo valor da cota divulgada pelo administrador do Fundo.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

O fundo Itaú BBA RF Crédito Privado Active Fix 5 FIC FI que busca superar o CDI no longo prazo, através do investimento em ativos de crédito privado com diversificação de emissores financeiros e não financeiros de baixo e médio risco. Não opera ativamente risco de mercado.

- **Risco de Liquidez:** dependendo das condições do mercado, os ativos financeiros podem sofrer diminuição de possibilidade de negociação. Nesses casos, poderá haver descontos ou deságios, prejudicando a rentabilidade de tais ativos.

A Administração entende que a Entidade não está exposta ao risco de liquidez relevante em virtude de não possuir endividamento bancário e o saldo de caixa e equivalentes de caixa serem suficientes para cumprir com todas obrigações atualmente conhecidas e que estão registradas na data do balanço.

- **Risco de Crédito:** as operações estão sujeitas ao risco de crédito (inadimplência ou mora) de seus emissores e contrapartes, hipótese em que poderá (i) ser reduzida a sua rentabilidade, (ii) haver perdas financeiras até o limite das operações contratadas e não liquidadas e/ou (iii) ter de provisionar valorização ou desvalorização de ativos financeiros.
- **Exposição máxima ao risco de crédito:** Em virtude da Entidade não prestar garantias a terceiros e não operar com derivativos e ativos financeiros de longo prazo, a exposição máxima ao risco de crédito está representada pelo total dos saldos dos ativos financeiros reconhecidos na data do balanço.

6. Contas a receber de clientes

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Anuidades (a)	759.754	944.852
Inscrições de certificação profissional (b)	723.862	1.420.967
Patrocínios – Eventos – Congressos (c)	25.081	-
Cursos e treinamentos (d)	4.347	6.973
	<u>1.513.044</u>	<u>2.372.792</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	<u>(60.578)</u>	<u>(110.090)</u>
	<u>1.452.465</u>	<u>2.262.702</u>

- (a) Saldos a receber via cartão de crédito/debito de anuidades cobradas dos Associados no período de janeiro a dezembro de 2022, referente a anuidades de associados plenos (profissionais certificados), associados não certificados e associados empresariais 2022;
- (b) Valores referentes a saldo a receber via cartão de crédito/debito de inscrições no 40º e 42º Exame de Certificação CFP realizados no período;
- (c) Saldo de valores a receber via cartão crédito/debito sobre o Congresso Planejar 2022: patrocínio, presencial e remoto;
- (d) Valores referentes a inscrição no Programa de Investimentos PIAP 2022;
- (e) A Associação no exercício findo de 31 de dezembro de 2022 e 2021 adota a prática para provisão para créditos com liquidação duvidosa, equivalente a 10% sobre operações em aberto na data do balanço, desconsiderando os recebíveis através de cartão de crédito.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

7. Adiantamento diversos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamentos a fornecedores (a)	43.170	301.172
	<u>43.170</u>	<u>301.172</u>

(a) O saldo refere-se a adiantamentos a fornecedores da operação da Planejar.

8. Garantias e Caução

A rubrica “Garantias e cauções”, no montante de R\$ 21.812 em 31 de dezembro de 2022, refere-se a movimentação de depósito caução, em vista do aluguel da sede da Associação.

9. Imobilizado e intangível

Consolidado	Móveis e utensílios	Máquinas, e equipamentos	Computadores e periféricos	Marcas e patentes	Software	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.163	15.556	36.942	1.410	973.897	1.048.968
Adições	0	-	13.940	-	(a) 1.333.647	1.347.587
Baixas e alienações	-21.163	-1.984	-23.492	-	-	-46.639
Saldo em 31 de dezembro de 2022	0	13.572	27.390	1.410	2.307.544	2.349.916
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-7.260	-7.987	-34.637	-	-107.041	-156.925
Adições	-1.719	-148	-63	-	-1.138.852	-1.139.063
Baixas e alienações	8.979	922	22.733	-	-	32.634
Saldo em 31 de dezembro de 2022	0	-7.213	-11.967	0	-1.245.893	-1.265.073
Valor líquido contábil						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.903	7.569	2.305	1.410	866.856	892.043
Saldo em 31 de dezembro de 2022	0	6.359	15.423	1.410	1.061.651	1.084.843
Taxas médias anuais de depreciação (%)	10%	10%	20%	-	50%	

(a) As aquisições no período são formadas pelos gastos com a produção de conteúdo junto as empresas Beesby Commerce Tecnologia da Informação Ltda, Fundação Carlos Chagas, Vivificar Desenvolvimento e Treinamento Ltda e Treina Treinamentos Eireli. No ano de 2022 foi alterado o critério de amortização dos softwares de 20% para 50%.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

10. Fornecedores e contas a pagar

Fornecedores a pagar	2022	2021
Fundação Carlos Chagas (a)	-	465.655
Marketing One Comunicação Ltda	33.271	-
HSOL Incentive Performance S.A.	12.475	56.809
Outros fornecedores	55.702	40.717
LEAF Pay Serviços administrativos Ltda	-	25.155
RB consultoria	-	25.000
CS Martins Serviços Administrativos Ltda	-	20.000
F.G. Oliveira Gestão Empresarial	-	17.680
RHR Gestão e Negócios – EPP	-	13.873
Matarasso Sociedade de Advogados	13.649	-
Alelo Instituição de Pagamentos S.A.	17.626	-
Treina Treinamentos	39.792	-
Tamer Associados	10.558	-
Rádio Eldorado	12.197	-
	<u>195.270</u>	<u>664.889</u>

(a) No ano de 2022 não restou saldo a ser pago à Fundação Carlos Chagas. Os gastos foram pagos todos dentro do período.

Contas a pagar	2022	2021
Contas a pagar (a)	681.155	-
Cartão de crédito a pagar	20.614	35.900
Processos Judiciais	-	594
Seguros a pagar	-	2.665
	<u>701.769</u>	<u>39.159</u>

(a) No ano de 2022 foi criada a provisão de bônus conforme política da Planejar, totalizando R\$ 543.988 a serem pagos em 2023 de acordo com o alcance de metas, saldo a pagar Pojuca S.A R\$ 24.630 e R\$ 112.500 Fipecafi.

11. Obrigações trabalhistas

	2022	2021
Provisões de férias	24.864	23.790
Autônomos a pagar	-	17.365
INSS a recolher	10.180	9.389
Imposto de renda retido na fonte	2.394	6.056
FGTS a recolher	2.963	1.471
Outros (a)	8.963	1.081
	<u>49.364</u>	<u>59.152</u>

(a) Outros: R\$ 8.578 refere-se a INSS, FGTS e PIS s/ provisão de férias e R\$ 385 de PIS s/ folha de pagamentos e ISS retido s/ autônomos em dezembro/2022.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

12. Obrigações tributárias

O demonstrativo abaixo representa os valores a serem recolhidos dos tributos referentes ao mês de dezembro/2022.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ISS	2.360	243.882
Cofins a recolher	13.586	8.664
PIS, COFINS e CSLL retido na fonte	4.002	4.639
Imposto de renda retido na fonte	1.189	1.403
ISS retido na fonte	-	4
Outros	-	-
	<u>21.137</u>	<u>258.592</u>

13. Adiantamento de clientes

A rubrica de “adiantamento de clientes” registra, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 557.932, sendo R\$ 232.706 referindo-se a inscrições nos exames 43º e 44º que serão transferidos para contas a receber após a emissão da nota fiscal nos meses subsequentes de acordo com a data de realização de cada evento, R\$ 300 do curso plano financeiro, R\$ 142.811 anuidades de pessoas jurídicas e R\$ 182.115 correspondente a 139 clientes que solicitaram o cancelamento de serviços ou pagamentos em duplicidade.

14. Patrimônio líquido

A composição do capital social da Associação é o seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Patrimônio líquido inicial	20.972.763	14.628.620
Superávit do exercício	6.233.514	6.344.143
	<u>27.206.277</u>	<u>20.972.763</u>

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

15. Receita operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Anuidade associativa (a)	8.042.198	6.767.425
Inscrições de certificação (b)	8.981.355	10.619.518
Patrocínio / Congresso (c)	713.862	452.199
Cursos e Treinamentos (d)	175.193	380.581
Contribuições Associativas (e)	400.000	600.000
Impostos sobre receitas (f)	(1.201.427)	(1.190.034)
Deduções sobre receita (g)	-	(345.032)
	<u>17.111.181</u>	<u>17.284.657</u>

Seguem detalhamentos das fontes de receita da Associação:

- a) Anuidades recebidas dos associados à Planejar (pessoas físicas certificadas CFP®, pessoas físicas não certificadas CFP® e pessoas jurídicas parceiras).
- b) Inscrições para participação nos exames para Certificação CFP®, que pode ser completa (realização de todas as provas dos 06 módulos do exame) ou parcial (realização de 01 ou até 05 módulos do exame). No ano de 2021, foram realizadas as provas para os exames de número 40 (maio), 41 (agosto) e 42 (novembro);
- c) A receita proveniente de patrocínio é referente à participação dos associados PJ no congresso de planejamento financeiro, evento organizado anualmente pela Planejar.
- d) Inscrição para participação em cursos ofertados pela Planejar em modalidade EaD. Estes cursos são disponibilizados pelas empresas parceiras da Planejar.
- e) Contribuição associativa adicional feita pela Anbima, Associado Sênior da Planejar, conforme nota explicativa nº 21.2.
- f) Os impostos sobre receitas compreendem o ISS s/ as receitas com exames, cursos e congresso (R\$ 464.740) e a provisão da COFINS s/ as receitas com exames, congresso e patrocínio (R\$ 736.687). Devido à sua natureza de associação sem fins lucrativos, a Planejar credita-se de COFINS nas despesas operacionais diretamente relacionada às suas atividades associativas. Assim, em 2022, a Planejar creditou-se em R\$ 192.468 e o valor correspondente ao imposto recolhido (R\$ 544.218) foi lançado na conta de depósitos judiciais.
- g) As deduções sobre receita em 2021 foram referentes à contrapartida de serviços prestados pela Anbima diretamente para a Planejar. Em 2022 não houve a prestação destes serviços.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

16. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2022	2021
Serviço com terceiros (a)	3.314.396	2.479.826
Marketing e publicidade (b)	2.137.892	1.397.886
Assessoria em certificação (c)	177.339	3.692.009
Royalties	1.417.092	1.144.115
Provisão para riscos fiscais (d)	885.972	873.557
Eventos e Comissões (e)	829.609	374.005
Pessoal	780.189	937.513
Despesas Tributárias (f)	703.369	159.761
Aluguel	343.385	270.588
Licenças para conteúdos (g)	326.206	0
Outras despesas (h)	283.627	1.220.001
Depreciação e amortização	1.140.782	109.562
Provisão para PCLD (i)	(49.512)	7.628
	12.290.347	12.666.451

- (a) Serviço com terceiros: serviços prestadores por fornecedores parceiros para suportar as operações.
- (b) Marketing e publicidade: Em 2022 a Planejar ampliou seus investimentos em awareness da marca CFP® no Brasil. Os principais valores foram com comunicação institucional (R\$ 1.586.260) provenientes de produção e veiculação de mídias on/offline, serviços fornecidos por plataformas digitais (R\$ 199.333); Publicidade e Propaganda (R\$ 191.543), Assessoria de imprensa (R\$ 107.495) e diversos (R\$ 53.260);
- (c) Assessoria em certificação: Em 2022 não houve a necessidade de aplicação do protocolo COVID nos exames CFP®, beneficiando a Planejar com redução do custo unitário por inscrito em 19%. A Planejar mudou o procedimento em adotar os gastos junto a Fundação Carlos Chagas para custo dos serviços prestados, com isso, temos a redução no comparativo do ano de 2021 em relação ao ano de 2022.
- (d) Provisão para riscos fiscais: Compreende o valor de COFINS s/ receitas de exames e congressos realizados no período.
- (e) Eventos e Comissões: Adequamos a nomenclatura de “Feiras e Eventos” para “Eventos e Comissões” para uma melhor compreensão. O valor do período compreende R\$ 705.771 aos gastos com o Congresso realizado em 10/2022, R\$ 104.123 decorrentes dos gastos registrados na conta de feiras e eventos e R\$ 19.715 com o centro de custos: Educação.
- (f) Despesas Tributárias: O saldo é composto por R\$ 408.421 referente IR s/ aplicações financeiras, R\$ 141.709 CIDE s/ pagamento ao exterior, R\$ 132.740 correspondente a Cofins s/ receitas financeiras, R\$ 19.748 IRRF Exterior e R\$ 751 com outros tributos.
- (g) Licenças para conteúdos: Criamos em 2022 essa nova separação para uma melhor compreensão dos gastos realizados no ano com a empresa HSOL Incentive Performance S.A., referente a operação e licença de uso para plataforma de educação.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

- (h) Outras despesas: Está representada principalmente com gastos em manutenção, utilidades, ocupação e outros gastos gerais.
- (i) Em 2022, incorporou-se no cálculo da PCLD, além dos 10% de valores devidos por pessoa física, também valores integrais devidos por pessoas jurídicas associadas à Planejar.

17. Resultado financeiro líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.708.055	844.287
Outras receitas financeiras (a)	447.277	147.930
Variação cambial ativa	-	2.128
	<u>3.155.332</u>	<u>994.345</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(40.427)	(49.759)
Variação cambial passiva	(2.218)	(1.670)
Juros Selic	(354.269)	(109.158)
Taxa administrativa de cartão	(263.271)	(229.406)
Outras despesas financeiras (b)	(95.380)	(6.268)
	<u>(755.565)</u>	<u>(396.261)</u>
	<u>2.399.767</u>	<u>598.084</u>

- (a) A rubrica Outras receitas financeiras está representada por: juros Selic sobre depósito judicial, descontos financeiros obtidos e juros ativos recebidos de clientes e acréscimos legais.
- (b) A rubrica Outras despesas financeiras está representada por: multa e juros sobre impostos em atraso (R\$ 86.601), multa e juros sobre contas em atraso (R\$ 1.077), IOF (R\$ 6.951) e juros e comissões bancárias (R\$ 751).

18. Cobertura de seguros

A Associação possui contrato de seguro de responsabilidade civil dos administradores “D&O” no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com vigência até 14/07/2023.

19. Provisão para demandas judiciais

Entre os processos judiciais que envolvem a Associação, há processos de natureza fiscal e cível. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

COFINS – A Associação detém em andamento processo (nº 2010.03.00.001480-4) no Foro TRF3 – 3ª turma, no qual tem como objetivo o Mandado de Segurança para assegurar o direito líquido e certo do impetrante ao não recolhimento da COFINS, inclusive em relação às receitas provenientes da prestação de serviços aos associados.

Os assessores jurídicos da Associação acreditam que a probabilidade de perda no processo é remota, porém a administração entende que pode haver questionamentos sobre a causa, o que pode gerar desembolsos futuros e, desta forma, decidiu manter registrada a provisão para contingências.

Seguindo orientação dos seus assessores jurídicos, a Associação deliberou pela efetivação do depósito judicial do montante integral da COFINS, devidamente atualizado, referente aos últimos cinco anos. A partir desta data, mensalmente, a Associação apura e efetua os depósitos judiciais da COFINS sobre o faturamento, a alíquota de 7,6%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante atualizado dos depósitos judiciais totalizaram R\$ 4.743.953 (R\$ 3.357.410 em 2021).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante atualizado da provisão para riscos fiscais provisão sobre a COFINS totalizaram R\$ 4.827.448 (R\$ 3.707.444 em 2021).

A Associação Brasileira de Planejamento Financeiro – Planejar não detém outras contingências além das anteriormente divulgadas.

A movimentação do ativo e passivo seguem demonstradas abaixo:

Movimentação da provisão para riscos fiscais (depósitos judiciais – passivo – processo COFINS)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	3.707.444	3.014.028
Constituição no exercício	951.765	873.557
Atualização Selic	360.707	109.158
Crédito sobre insumos	(192.468)	(289.299)
	<u>4.827.448</u>	<u>3.707.444</u>

Movimentação dos depósitos judiciais (depósitos judiciais – ativo – processo COFINS)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	3.357.410	2.721.267
Constituição no exercício	970.506	567.402
Atualização Selic	416.037	68.741
	<u>4.743.953</u>	<u>3.357.410</u>

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

CAUSAS CÍVEIS:

A Associação teve o processo (nº 1016758-96.2021.8.26.0100) na 18ª Vara Cível do Foro Central Cível, no qual tem como objeto Ação Monitória para cobrança de valores decorrentes do contrato de associação e patrocínio do evento, sendo réu a Bit Corretora que foi encerrado no período.

O valor da causa foi de R\$ 30.782,58 (trinta mil e setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), porém, foi realizado um acordo entre as partes no valor de R\$ 15.000,00 totalmente recebido no ano de 2022 em 5 parcelas de R\$ 3.000,00 cada uma.

A Associação detém em andamento processo (nº 1057985- 47.2020.8.26.0053) na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, no qual tem como objeto o Mandado de Segurança para assegurar o direito líquido e certo do impetrante ao não recolhimento do ISS sobre royalties.

A Associação detém em andamento o processo (nº 1112376-68.2021.8.26.0100) na 4ª Vara Cível do Foro Central Cível, no qual tem como objeto Cessação, pelos Réus, dos atos violadores dos direitos autorais das Autoras sobre a base de dados que congrega as questões aplicadas em seus exames. O valor da causa foi de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e os assessores jurídicos da Associação acreditam que a probabilidade de perda no processo é possível.

A Associação também detém em andamento o processo (nº 1083058-06.2022.8.26.0100) na 41ª Vara Cível do Foro Central Cível, no qual tem como objeto Cessação, pelos Réus, dos atos violadores dos direitos autorais das Autoras sobre a base de dados que congrega as questões aplicadas em seus exames. O valor da causa foi de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e os assessores jurídicos da Associação acreditam que a probabilidade de perda no processo é possível.

20. Outras receitas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outras Receitas	4.055	857.188
	<u>4.055</u>	<u>857.188</u>

A Associação recebeu no ano o montante de R\$ 4.055, sendo R\$ 4.050 referente a venda de ativo e R\$ 5 crédito Fitbank.

Em 2021 a Associação realizou uma conciliação detalhada do contas a receber e adiantamento de clientes que resultou em um saldo não conciliado de R\$ 857.188. Em virtude deste processo, a Associação decidiu reconhecer no resultado do exercício em outras receitas para melhor apresentação das rubricas do balanço patrimonial.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

21. Partes relacionadas

21.1 Direitos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Associação detém como parte relacionada a Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, estatutariamente classificado na categoria de Associado Sênior, o qual lhe confere os direitos:

- votar nas Assembleias Gerais da Planejar;
- apresentar sugestões à Diretoria Executiva;
- requerer a convocação da Assembleia Geral nas formas previstas no Estatuto da Planejar;
- retirar-se da Planejar;
- indicar 10 (dez) representantes a cargos de Conselho de Administração;
- nomear com exclusividade o presidente e o vice-presidente do Conselho de Ética e;
- vetar deliberações da Assembleia Geral que versem, direta ou indiretamente, sobre o objeto social, a administração da Associação e seus órgãos, criação de novas classes ou modificação das classes de associados existentes, contribuições, liquidação e auditoria da Associação.

21.2 Remuneração da administração

A Planejar é uma Associação sem fins lucrativos. Por esta razão, não tem finalidade de lucro e não remunera o corpo diretivo, que é composto por: Conselho de Administração (antiga Diretoria Executiva), Conselho Fiscal e Conselho de Normas Éticas. No artigo 31, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Planejar, é informado que o cargo de conselheiro não é remunerado. Em 18 de setembro de 2019, a Planejar aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, alteração de estatuto onde houve a conversão da antiga Diretoria Executiva em Conselho de Administração.

21.3 Receita e despesas com subvenção

Em 1º de Janeiro de 2020, a Associação formalizou o Termo de Compromisso de Contribuição Associativa Adicional com a Anbima, onde as partes reconhecem que o presente Termo representa a intenção temporária, da Anbima em auxiliar o desenvolvimento do mercado financeiro e de capitais. Caso a Planejar ainda não possua presença e conhecimentos sólidos e consolidados no mercado quando do decurso do prazo do presente Termo, que tem validade até 31 de dezembro de 2022, que poderá ser revista.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021

22. Instrumentos financeiros

A planejar não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

23. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Associação.

* * *